

Jovens «arrumadores de carros» — a sobrevivência nas teias da toxicodependência**

INTRODUÇÃO

Em Lisboa, como noutras cidades do país, há centenas de jovens que vivem como *arrumadores* de carros. Trabalham a céu descoberto, em qualquer praça, gaveto ou ruela onde possam oferecer um lugar de estacionamento a quem dele necessite. São os seus *parques de biscates*. Frequentemente *olhados de lado* por quem quotidianamente se cruza com eles, os *arrumadores* acabaram por se constituir um alvo de curiosidade espontânea¹ a partir do momento em que me questionei: como nasce um *arrumador*? Por que se escolhe um tal modo de vida? Que itinerários biográficos sustentarão essa opção? Que imagem os *arrumadores* dão si mesmos e do público que servem?

Também nas ciências sociais há uma tendência forte para *olhar de lado* objectos empíricos aparentemente insignificantes, irrelevantes, desprezíveis, marginais. Isto acontece talvez devido à crença de que a relevância social ou política de um objecto de estudo é, por si, suficiente para legitimar os discursos que lhe são consagrados. Por isso causa ainda estranheza a lógica de

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Este artigo faz parte de um estudo mais vasto sobre jovens, desemprego e estratégias de inserção profissional — *Tachos, Ganchos e Biscates: Jovens, Trabalho Precário e Futuro* — a publicar pela Âmbar. Agradeço a Isabel Barbosa e a Isabel Ferreira, da editora referida, os incentivos que me têm dado para a publicação do livro.

¹ No sentido em que Paulo Freire (1997) a define: «O exercício da curiosidade a faz mais criticamente curiosa, mais metodicamente 'perseguidora' do seu objecto. Quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo, se 'rigoriza', tanto mais epistemológica ela se vai tornando [...] O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objecto ou do achado da sua razão de ser.»

vagabundagem que sai fora do *mainstream* da produção sociológica dirigida aos objectos empíricos «sérios» e «respeitáveis». Que ameaça de dispersão! Que risco em multiplicar o insignificante! Que azáfama confessada em procurar aquilo que, com tanto método, se desperdiça!

Nesta ordem de idéias, ao aguçarmos a nossa curiosidade sociológica em relação ao universo dos *arrumadores*, estamos a seguir um método: *olhar de frente* o que se *olha de lado*, na suposição de que os desvios de olhar podem potenciar a descoberta do significativo no aparentemente insignificante, do relevante no que nos é dado como irrelevante, e por aí fora. Este labor de rebuscar o que se tende a descurar — o que fica de lado, à margem² — é o que torna profícua a pesquisa³, como acontece quando se revolve caixotes de objectos, num acto simultâneo de selecção e abandono, de paciência e resignação — busca contínua, repetida, renovada.

Foi esse rebuscamento de margens que orientou a pesquisa etnográfica que realizei em várias zonas de Lisboa sobre jovens *arrumadores*, envolvendo observação directa e entrevistas informais (individuais e de grupo)⁴. O trabalho de campo foi iniciado há meia dúzia de anos e realizei tantas entrevistas quantas as necessárias para atingir um grau de conhecimento satisfatório sobre o universo que pretendia estudar, o dos *arrumadores*. Aliás, essas entrevistas foram muito desiguais, quer na forma de abordagem, quer na duração ou conteúdo das conversas havidas. Ao estacionar o meu próprio carro em qualquer parque controlado por *arrumadores* estava em *trabalho de campo*. Um simples questionamento «então que tal está a correr o dia?» podia ser (ou não) o início de uma conversa proveitosa. Com alguns *arrumadores* estabeleci uma relação mais profunda, chegámos a lanchar juntos, e dois deles visitaram-me frequentemente na universidade para me darem «informações» adicionais a troco de algum dinheiro, alegadamente para matar a fome ou, mais provavelmente, o vício.

² A este método chamei, há anos, o *método da paginação*, por se propor recuperar para o «centro da página» (do discurso sociológico) as expressões culturais que têm sido consideradas à margem (Pais, 1993, p. 133). Recentemente, Pina Cabral (2000, p. 873) retoma a filosofia deste método ao partir da concepção de liminaridade/marginalidade que «traz as margens para o centro», margens que se revelam terreno privilegiado para a reconstrução das estruturas.

³ Expressão que noutras línguas se traduz em palavras que retêm raízes etimológicas ilustrativas desse acto de rebuscar, designadamente no inglês (*research*), francês (*recherche*) e italiano (*ricerca*).

⁴ Agradeço a Pedro Antunes, Maria do Carmo Gomes e Ana Micaela Gaspar o apoio que me deram na realização de algumas entrevistas. Ao Centro Áudio-Visual do ISCTE agradeço a gravação em vídeo de um entrevista em grupo. As entrevistas, como disse, dirigiram-se aos *arrumadores*. Com os condutores de automóveis apenas tive falas esporádicas quando com algum deles me cruzava em parques de estacionamento.

Deste modo trabalhei procedimentos de *amostragem intencional* cuja relevância não reside na pretensão de assegurar uma representatividade estatística da população inquirida, mas na de aprofundar um nível de conhecimento de realidades cuja singularidade é, por si, significativa. A objectividade não tem, necessariamente, de ficar amarrada à obsessão do mensurável e do quantificável: pode perfeitamente ser assegurada por outros meios, como os que implicam a análise cruzada da informação, ou o contraste de diferentes intersubjectividades, utilizando-se como critério de evidência os consensos que se geram a nível de determinados contextos da vida quotidiana. É o chamado *processo de saturação* da informação recolhida⁵ que assegura a validade das amostras construídas e das informações delas derivadas. Este processo confere à ideia de *representatividade* um significado completamente diferente daquele que ocorre em contextos de investigação mais positivistas⁶.

Desde as primeiras observações se constatou que os *parques de biscates* são tecidos microculturais que, apesar de toda a sua diversidade, revelam modos de vida e produções simbólicas relativamente estáveis. Recorrentemente, nos seus relatos de vida, os jovens arrumadores saltam de um «eu» (*individual*) para um «nós» (*colectivo*) denunciador de uma identidade própria: «nós, os arrumadores». No entanto, os *arrumadores* constituem um universo heterogénico constituído por reformados, inválidos, miúdos de rua, desempregados, ex-reclusos... Em maioria encontram-se os jovens toxicodependentes. Na verdade, a principal clivagem entre os arrumadores dá-se entre os *credenciados* (denominação que estes próprios, explicitamente, assumem), que se desdobram nas categorias de *legalizados* e de *oficializados*, e os *não credenciados*, vulgarmente apodados de *drogados* (assim são tratados pelo público em geral).

Os *legalizados* possuem licenças passadas pela Câmara Municipal de Lisboa, que outrora eram concedidas, preferencialmente, a reformados da

⁵ Como sustenta Bertaux (1993, p. 59), a *saturação* é um processo que opera, não ao nível da observação, mas ao nível da *representação* que a equipa de investigação constrói, pouco a pouco, a propósito do seu objecto de pesquisa.

⁶ Para os leitores interessados numa aproximação extensiva à população dos arrumadores da cidade de Lisboa recomendo um estudo interessante, encomendado pela Câmara Municipal de Lisboa ao INEC, em 1996: *Estudo sobre os Arrumadores não Credenciados da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1996 (policopiado). Durante cerca de duas semanas, uma equipa de 22 entrevistadores recenseou 693 arrumadores «não credenciados». Para além de algumas características sociográficas dos inquiridos e de outros dados, o estudo recenseou os lugares utilizados para arrumação de automóveis em cada freguesia da cidade e o número de arrumadores por lugares e freguesias, segundo o período da semana e o período do dia. Estes dados são interessantes na medida em que nos mostram que a actividade de arrumação de carros varia em função das necessidades concretas de estacionamento por parte dos utentes. A maior pressão de procura faz-se sentir em determinados espaços públicos: hospitais, mercados, teatros, cinemas, igrejas, cemitérios, discotecas e estádio de futebol.

Polícia de Segurança Pública e a inválidos. Reconhecem-se por exibirem um cartão de identificação ao peito e usarem apito e chapéu com uma chapa contendo um número pretensamente identificador. Os *oficializados*, que também não prescindem de um «chapéu de chapa», dizem ter aval ou autorização formal para arrumar carros por parte de qualquer arrumador *legalizado* ou então garantem ter anuência das «chefias» de bancos, companhias de seguros, hotéis, etc., instalados em edifícios confinados aos parques de estacionamento onde exercem actividade. Finalmente, os *drogados* (os mais numerosos entre a classe) reconhecem-se por serem jovens e — como se ouve dizer — pelo seu «aspecto de drogados». O que faz o poder das palavras é, desde logo, o poder da designação — *são drogados!* — e é também a crença no poder de quem as pronuncia, dos que olham os jovens arrumadores como drogados porque são arrumadores.

O que é então um *arrumador drogado*? Podemos enfrentar a interrogação deitando mão de um instrumento fundamental da sociologia compreensiva de Max Weber: o conceito de *tipo ideal*, vinculado à ideia de compreensão, de interpretação de uma realidade. Para Max Weber (1993, p. 139), «a construção de tipos ideais abstractos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento». A «idealidade» do tipo assegura a existência de um conceito limite, puramente ideal. Como Weber o reconhece, é a natureza discursiva do nosso conhecimento, a circunstância de apenas captarmos a realidade através de uma cadeia de transformações na ordem da representação, que postula este tipo de taquigrafia conceptual. Na vida quotidiana corrente, os indivíduos — mas também os sociólogos, enquanto tal — actuam e decidem sobre realidades tipificadas (Natanson, 1986, p. 45) através de idealizações que ordenam a realidade. A diferença é que as tipificações dos sociólogos são de «2.º grau» (Schutz, 1989, p. 227), isto é, encavalitam-se, com cortes epistemológicos, em tipificações de senso comum (1.º grau). Ao *arrumador drogado* corresponde uma tipificação a nível do senso comum: a de jovem, gadelhudo, vagabundo, sem abrigo, drogado. A partir desta imagem, compete à sociologia desvendar os referentes de tal tipificação e as razões da sua existência.

Como veremos, os jovens arrumadores acabam por ser alvo de uma discriminação mediante a qual reduzimos na prática, ainda que sem o pensarmos, as suas possibilidades de cidadania. Enquanto membros da sociedade estabelecida, construímos implicitamente uma *teoria do estigma* que Goffman (1993, p. 15) identifica como uma «ideologia» — para identificar a inferioridade de alguém que é estigmatizado, posto à margem, excluído. Racionaliza-se, deste modo, uma animosidade que se baseia numa cadeia extensa de atributos negativos associados ao estigma. Surgem então as tais imagens e metáforas referidas ao estigma do jovem arrumador — *gadelhudo, vagabundo, sem abrigo, drogado* —, assim se dando a produção simbólica da sua marginalidade.

OS «CHAPÉUS DE CHAPA» E OS «DROGADOS»

Uma boa parte dos *parques de biscates* encontra-se, pois, sujeita a uma *segmentação geracional* que arrasta uma *segmentação simbólica*, os jovens arrumadores são olhados como «drogados», enquanto os velhos reformados são encarados com a «respeitabilidade» que a «terceira idade» lhes confere. Os *chapéus de chapa* que estes últimos usam na cabeça cumprem um *função de certificação*, dão-lhes um poder simbólico ou alegórico.

A *alegoria* pode ser definida como expressão plástica de uma coisa, com o fim de as imagens dessa coisa sugerirem outra diferente. Não é por acaso que, etimologicamente, a *alegoria* vem do grego *allos* (outro) e de *agoreuein* (falar). Outro falar. Figuração ficcionante que se projecta numa paternidade distinta. Velhos arrumadores, que não tinham chapéu de chapa, arranjaram uma chapinha na qual inscreveram um número arbitrário para que não corressem o risco de serem tomados por vadios. Um embuste, neste caso, propende a gerar um chapéu *credenciado*. Não na cabeça de quem o usa, mas aos olhos de quem o vê. Porque um *chapéu de chapa* é transmissor de poder, revela autoridade.

O reconhecimento público da alegoria por parte dos automobilistas reafirma os sinais de convicência nas associações alegóricas que pressupõem um significado coerente e adicional em relação ao significado original que, legitimamente, um simples *chapéu de chapa* poderia representar. Ao poder simbólico de um *chapéu de chapa* agrega-se um poder real: quando algum jovem toxicodependente tenta invadir terrenos de *chapéus de chapa*, a polícia é chamada. Por culpa de *chapéus* arrogantes, alguns jovens arrumadores já passaram «largas horas» na esquadra. São visitas indesejadas, pois há sempre o perigo de caírem *pombos*. Na gíria da «candonga», *pombos* são processos criminais antigos que «pousam» com qualquer msga inesperada. Temos também conhecimento de *chapéus de chapa* que andam armados. O objectivo continua a ser o de dissuadir os jovens «drogados» de invadirem terrenos que se encontram na jurisdição dos *chapéus*.

Alguns *chapéus de chapa* fazem-se transportar em automóvel até ao parque: mais um indicador ou sinal exterior de *status*. Por outro lado, os *chapéus* reclamam um apuro de imagem visual que os jovens toxicodependentes desvalorizam: «os arrumadores deviam andar todos bem barbeados e com cabelo cortado e deviam usar uma farda própria», reivindica, queixosamente, um *chapéu de chapa*. Uma vez mais, apelos à simbologia do aspecto, do porte.

Como é que os jovens arrumadores lutam contra o poder dos *chapéus de chapa*? Eles sabem que um chapéu pode não ser um chapéu. Ou seja, à sua maneira, reconhecem que a alegoria viola os cânones do empirismo analítico vulgar. As funções normais de um chapéu, neste contexto, deixam de fazer sentido (por exemplo, protecção da cabeça). A alegoria é muito mais dedutiva,

muito mais aberta à imposição de outros significados que não os mais imediatos. No entanto, o uso por parte dos jovens toxicodependentes de um *chapéu de chapa* seria um embuste que se anularia na sua tamanha evidência de mentira artificiosa. Aliás, a um *chapéu de chapa* devidamente *credenciado* exige-se registo criminal e atestado médico comprovativo de alguma incapacidade física.

O *poder dos chapéus de chapa* reflecte-se nos ritos de *evitamento* (o conceito é de Goffman) que alguns automobilistas protagonizam quando fogem dos parques dos «drogados», preferindo arrumar o carro num espaço controlado por *chapéus de chapa*. Ou, pior ainda, quando se esquivam ao pagamento da gratificação correspondente ao estacionamento do carro na zona dos jovens arrumadores. Aos olhos destes, trata-se de um *forretismo* merecedor de justa punição. Activam então ritos dissuasores de *reciprocidade negativa*. É o pânico entre os automobilistas, com receio de verem os seus automóveis com vidro quebrado, pneu furado, chapa riscada. Então os *riscos de navalha* nos carros alheios são a arma mais frequentemente usada contra *chapéus de chapa* inoportunos e *condutores forretas*. No fundo, os *riscos de navalha* são formas de protesto, artes de dizer, outro (*allos*) falar (*agoreuein*) que se traduz numa alegoria de resistência ao poder simbólico dos *chapéus de chapa* e à avareza de quem resiste a dar gratificação aos que não têm poder credenciado para o exigir.

CHAPAS E RISCOS

Ricochetes alegóricos de *chapa* e *riscos*. Sabemos que uma das regras básicas da sociedade — dada a sua função de garante de ordem — é a da *reciprocidade*. Desde M. Mauss e Lévi-Strauss que a reciprocidade tem sido considerada um mecanismo de *coesão social* e, por conseguinte, um factor de estabilidade. Clastres (1980) teve oportunidade de pôr em relevo que, a par da *reciprocidade positiva* (intercâmbio de bens, serviços, etc.), existe uma *reciprocidade negativa* (intercâmbio de guerras, raptos, vinganças, etc.), que promoveria também uma função de *garante de ordem* nas sociedades primitivas, as quais, como se sabe, eram *sociétés pour la guerre*, mais do que *sociétés par l'échange* (Clastres, 1980). Ora tanto a *reciprocidade positiva* como a *reciprocidade negativa* são factores de *coesão social* (Lacouse, 1987, p. 34). Os *riscos de navalha* (ou o receio dos mesmos) nos carros dos automobilistas *forretas* impõem — com toda a sua força alegórica — uma *ordem* nos parques de estacionamento, a coeritividade de pagamento por um trabalho voluntário de guarda. É nesta medida que os parques de automóveis revelam atributos de uma estrutura social cuja integração é mediada pelo conflito⁷.

⁷ A hipótese de integração através do conflito («a paz é uma função do jogo de conflitos») foi desenvolvida por Gluckman, como o mostra Cabral (2000).

Os *riscos de naifa* podem também ser interpretados como «gestos de ruptura» (Rémy e Voyé, 1981) em relação à «urbanidade convencional», sem deixarem de constituir *gestos de revigoração* de uma ordem tácita que deve imperar no parque. A urbanidade convencional, quando posta em causa, apela à intervenção policial; a *ordem tácita* do parque (contributo pecuniário ao arrumador), quando negada, implica também um acto coercivo ou punitivo: o risco no carro ou o pneu esvaziado. Num como noutro caso, estamos perante formas de organização gestionária de uma ordem (consenso implícito) que, quando desestabilizada (em cenários de conflito), desencadeia mecanismos de violência simbólica, quer através de agentes policiais, quer através de riscos de naifa.

Quando os *chapéus de chapa* levam ao extremo o poder credenciado do seu simbolismo, as *naifas* reactivam ritos dissuasores de *reciprocidade negativa*, ao deixarem marcas nos carros à guarda dos *chapéus de chapa*. Como sugere Certeau (1980), ao analisar as tácticas quotidianas que correspondem à categoria das «astúcias», estamos perante gestos hábeis do «fraco» na ordem estabelecida pelo «forte», gestos que se expressam numa arte de dar golpes no campo do outro: astúcia de caçadores; operações polimórficas; ritualizações subversivas.

Estabelecem-se então *redes protectivas* de convivência. Poderíamos defini-las como acordos tácitos de relacionamento que permitem pacificar e regular, protectivamente, as interacções em espaços sujeitos a tensões ou conflitos de controle. Frente aos *chapéus de chapa*, os jovens arrumadores adquirem então uma «consciência de grupo», um agir colectivo não alheio a um *modelo de escolha racional* (Hechter, 1989), bem presente na forma como o trabalho de arrumação de carros se organiza nos parques de estacionamento, cujo funcionamento se aproxima, formalmente, do de «comunidades funcionais» (Coleman, 1987) geridas por normas e sanções.

O poder dos *chapéus de chapa* acha-se amarrado à sua visibilidade simbólica. O mesmo acontece com os policiais, cujos chapéus são, visivelmente, conferidores de autoridade. Em contrapartida, os jovens arrumadores toxicodependentes são sobretudo portadores de um «contrapoder» que ritualizam nas suas tácticas quotidianas de sobrevivência subversiva⁸.

Não há território sem proclamação, isto é, que não esteja marcado por cerimónias de territorialização, por ritualidades de afirmação identitária que têm uma expressão territorial. O que está em causa é a regulação da convivência entre arrumadores, a dois níveis: por um lado, entre *chapéus de chapa* e jovens *toxicodependentes*; por outro lado, joga-se também a harmonização

⁸ Como Michel de Certeau sugere (1980), enquanto a *táctica* é determinada pela ausência de poder, a estratégia é organizada pelo postulado do mesmo.

de relações — de convívio e de trabalho — entre os jovens toxicodependentes. Em qualquer dos casos há um equilíbrio conflitual ou um conflito harmonioso que tende para uma coabitação pacificada e consensual nos parques de automóveis. Chapéus e apitos, gestos e golpes de vista, instauram nos parques de biscates uma rede relacional de ordem profissional.

Vejamos, de seguida, como se organiza o modo de vida de um jovem arrumador toxicodependente.

A «ÉTICA» DE UM ARRUMADOR

O senso comum alimenta a ideia de que os jovens arrumadores, por serem «drogados», são delinquentes, logo perigosos. Esta consensualidade é legitimada por estudos que estabelecem uma correlação estreita entre «consumo de drogas ilícitas» e «delinquência» (Fagan, Weis e Cheng, 1990), legitimação que sai reforçada quando os *media* a propagam como realidade incontornável. Alguns automobilistas contactados confessaram que, quando dão dinheiro a um arrumador, o fazem por receio de represálias — riscos no carro, pneus furados, vidros partidos. Aliás, por razão de uma suposta concorrência desleal e chantagista, os *chapéus de chapa* queixam-se de fazerem menos dinheiro do que os *drogados*.

A investigação realizada mostra, contudo, que os jovens toxicodependentes que arrumam carros têm, de um modo geral, uma *ética de trabalho* baseada no brio profissional. Aliás, essa *ética* é desenvolvida com *espírito de missão*. Nas entrevistas realizadas são muitos os depoimentos que denotam um elevado sentido de profissionalismo, de zelo, civismo, sentido de cumprimento do dever.

No estacionamento dos carros, os arrumadores valorizam, sobretudo, a *lógica da poupança de espaço* (por razões económicas, bem entendido). Embora aleguem, discursivamente, preocupações estéticas e ambientais quando dizem que não estacionam carros em cima de jardins ou passeios, o facto de alguns deles terem à mão um barrote para ajudarem os carros a galgarem os passeios significa que a *lógica ambiental* nem sempre prevalece.

No entanto, a todo o momento exibem um *know-how* revelador de competência, toda ela feita de experiência. Noutros casos, mostram-se zelosos no cumprimento de regras mínimas de civilidade. Por exemplo, junto das paragens de autocarro, procuram que os carros sob sua alçada não infrinjam a lei porque sabem (do Código da Estrada) que em tais lugares é proibido estacionar. Por outro lado, quando usam os *barrotes*, manifestam preocupação aparente pela salvaguarda das suspensões dos carros que estacionam, embora o verdadeiro móbil seja a conquista de simpatia do automobilista e a gratificação correspondente.

Os arrumadores reivindicam também um *saber* próprio de quem passa a vida no parque e sente o que nele se passa: «é preciso ter olhinhos», dizem,

apontando o dedo indicador em direcção aos olhos. O olhar conhece sentindo (ou desejando) e sente conhecendo. É por isso que o olho é cioso: zeloso, jaloux, jealous, celoso, cioso (de cio...). E os jovens arrumadores sentem-se ciosos do seu *saber*. O *golpe de vista* traduz faro, sagacidade, precisão, finta, espreiteza. Ter *olhinhos* ou *golpe de vista* é um poder (saber) que se traduz na capacidade de sintetizar o conhecimento de tudo o que se passa no parque que favoreça o melhor desempenho na tarefa de arrumar os carros: conseguir detectar o veículo que pretende estacionar pelo movimento lento do mesmo ou pelo olhar de busca do condutor, pela identificação dos clientes conhecidos e da porção de tempo que pretendem estacionar, etc.

O *golpe de vista* aparece como metáfora de uma capacidade visual, sobreposta a outra metáfora — a do combate — com que nos referimos a essa descoberta repentina, tão repentina quanto o «golpe» que se desfere inesperadamente e que, por ser inesperado, é golpe. Os jovens arrumadores codificam e decodificam a realidade do parque — as suas distintas modulações — em função desse *golpe de vista*, dessa arte perceptiva que joga com os visíveis e invisíveis significativos de tudo o que se insinua no parque. Ao movimentarem-se no «campo de visão do inimigo» (chapéus de chapa, polícias, clientes fugidios...), os jovens arrumadores aproveitam ou criam ocasiões para darem as suas *golpadas*, para cujo efeito necessitam de golpes sucessivos: de vista, de imaginação, de audácia, de astúcia, de sorte. Por viverem nas margens da sociedade, pois dela são *excluídos*, desenvolvem uma capacidade de visão que é própria de quem vive em margem. De quem é marginal, mas não deixa, por isso, de *ter olhinhos*.

Como vemos, ao espaço geométrico dos parques (espacialidade homogénea e isotrópica) contrapõe-se uma *espacialidade antropológica* (Merleau-Ponty, 1976), vivida, sentida, experienciada, fenomenológica. Por outro lado, o parque é essencialmente *topológico* (relativo a formações, reformulações, deformações), e não apenas *tópico* (definidor de lugares: de carros ou de quem os arruma).

Apesar de disputas esporádicas de poder, de espaço e de fidelidade clientelar, a maioria dos jovens arrumadores entrevistados assegura existir nos parques uma *hierarquia profissional* assente no respeito pela *antiguidade*. Trata-se de um «código de honra», o respeito pela autoridade endógena ao grupo. Por exemplo, são os arrumadores há mais tempo nos parques — não necessariamente os mais velhos — que podem permitir a um *pára-queda* (novato) ocupar um espaço. Pode também acontecer que um lugar fique «livre» por desaparecimento de quem o ocupava, como acontece com jovens que morrem de *overdose*. Mas são sempre os mais «velhos», não de idade, mas de carreira, os que abrem as portas. Aliás, os *veteranos* arrogam-se o direito de fazerem vários parques numa lógica de acumulação de *ganchos*, expressão feliz por traduzir metaforicamente uma posse: a do parque enganchado.

Deste modo, dadas as ambivalências induzidas pela pertença à categoria de arrumadores, é lógico que apareçam oscilações no apoio, nas identificações e na participação entre pares. Existem *redes de filiação e atributos endogrupais*. Simmel aplicava a metáfora da «ponte e da porta» para definir um conjunto social: a *ponte* que liga os elementos desse conjunto; a *porta* que impede que outros façam parte dele. A *ponte* que liga os jovens arrumadores é o parque, a actividade que nele se exerce e a aplicação comum dos ganhos (aquisição de droga); a *porta* corresponde a um domínio tácito sobre o parque e constitui-se bandeira de uma espécie de *direito de usucapião*⁹.

Nos parques que os arrumadores designam por *minas* (por darem muito dinheiro) é mais difícil o acesso de *pára-quadristas*. Estes vêm-se na contingência de experimentarem parques onde o sucesso económico é mais problemático. Usando conceitos de *estratégia militar*, diríamos que as *minas* correspondem a regiões militares (de *regere*, comandar), enquanto os territórios dos iniciados são próprios de vencidos (de *vincere*). As *minas* podem dar 20 a 25 contos ao dia¹⁰ por arrumador. Todavia, noutros parques é difícil atingir tais montantes. Aliás, as gratificações variam de parque para parque, como variam de cliente para cliente, não existindo uma clara correlação entre marca de automóvel e valor de gratificação. Tanto se pode receber um *meio pintor* ou *chapa meia* (moeda de 50\$00) como *chapa 1* (moeda de 100\$00), *chapa 2* (200\$00) ou uma *milena* (1000\$00).

Devido à disparidade do que vão recebendo, os arrumadores fazem corresponder a moedas de diferente valor distintos bolsos do seu vestuário. Por exemplo, num «bolso lateral» de *kispa* arrumam-se os *niqueis* sem valor (moedas *pretas*). Noutro bolso — geralmente o maior e mais solicitado — arrumam-se *pintores* (moedas de 100\$00). Outro bolso pode ser reservado às *chapa 2*. Finalmente, num bolso mais resguardado resguardam as *milenas* (notas de 1000\$00) ou um qualquer *José António* (nota de 5000\$00) que apareça inesperadamente.

Embora o trabalho que fazem seja valorizado pela liberdade de que desfrutam — «entram às horas que querem», como dizem, e «não aturam patrões» —, os arrumadores também se queixam das condições degradantes da actividade que exercem: ou porque «andam sempre a correr de um lado para o outro», sujeitos a atropelamento e com os «pulmões feitos *tubos de escape*», ou porque os clientes nem sempre os respeitam, nomeadamente quando estacionam sem pagar. Numa época em que tanto se discute o conceito de «cidadania», e considerando que um dos seus atributos é o «respeito ao outro», dá

⁹ Cf. artigo 1287.º do Código Civil português, sobre a noção de *usucapião*: «A posse do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo, mantida por certo lapso de tempo, faculta ao possuidor, salvo disposição em contrário, a aquisição do direito a cujo exercício corresponde a sua actuação: é o que se chama usucapião.»

¹⁰ Estes preços e os demais que vierem a referir-se são preços correntes de 1997 e 1998.

que pensar o comportamento dos que hipocritamente clamam por direitos de cidadania, embora deles excluam os que continuam a viver à margem.

A HIERARQUIZAÇÃO DOS CLIENTES

Os arrumadores têm a sua própria hierarquia de clientes, não sendo difícil identificá-los logo que se aproximam. No sopé da hierarquia, segundo relatam, encontra-se o cliente *estúpido*: «É aquele que a gente lhe está a fazer sinal, não vê lugar nenhum e diz logo: 'Já vi! Já vi lugar!' — que é para não dar nada.» Circulam pelo parque e não encontram lugar.

O cliente *estúpido* difere do cliente *azelha* — que não é estúpido, só que não tem jeito para arrumar o carro, ou por formação recente (carta de condução acabada de tirar) ou por deformação (incúria incontornável). É tipo frequente, segundo os arrumadores, entre senhoras: «Nem com direcção assistida lá vão. Por vezes, temos de ser nós a arrumar o carro.»

Depois há os clientes *forretas*, que «pintam a cena» para não darem gratificação. Umaz vezes alegam, de rompante, não ter trocos — argumentação pouco eficaz, pois logo o arrumador, sollicitamente, se apresta a solucionar o problema, chocalhando trocos de algibeira. Outras vezes, de mão avara estendida, exibem uma mísera moeda de 20\$00 ou 50\$00, lamentando ser a única disponível, e reforçando o lamento com apalpadelas de ilusionista falhado aos bolsos onde não costumam guardar trocos. Mas não vão sem resposta: «É pá, veja lá se lhe faz falta pra comer!»

Alinhados pela mesma filosofia — «parece que encarnaram o *Ti Patinhas*» —, surgem os clientes *moeda-chorada*. Deixam, é certo, uma boa gratificação, mas os sobrolhos franzidos e os resmungos saídos entredentes não deixam margem para dúvida: prefeririam conservar a moeda no bolso. No entanto, embora contrafeitos, sempre deixam cair uma *chapa* 2.

Há também os *pinga-niqueis*, cuja principal característica é a de procurarem desfazer-se das moedas de menor valor (as pretas), aliviando as carteiras de *stocks* residuais, ao mesmo tempo que procuram impressionar o arrumador com a sonoridade das moedas oferecidas, para cujo efeito as fazem tilintar em mão côncava e oscilante, criando uma falsa *expectativa* ao arrumador sobre a possibilidade de entre as muitas moedas poder haver uma branca.

Cliente apetecido, mas esporádico, é o *cliente surpresa*: «Saca duas milenas e diz: é pá, toma lá, vai lá ó vício!» Finalmente, há os *clientes VIP*, cujo *status* social (carro, modo de vestir, etc.) não conflitua com a gratificação dada: alguns pagam à semana (2 a 3 contos) e outros ao mês (até 15 contos), tendo direito a lugar permanentemente reservado. Dignos de tratamento VIP são também os clientes *fixos* (gestores e quadros superiores ou médios de bancos e empresas de serviços) que, não encontrando lugar imediatamente disponível, deixam o carro estacionado em segunda fila, cabendo ao arrumador a responsabilidade de o estacionar devidamente logo que possível.

Encontrámos dois arrumadores que nos referiram ter pago a multa correspondente ao reboque de automóveis mal estacionados por culpa assumida, indicador revelador, a ser verdadeiro, do sentido de honestidade que colocam no seu desempenho profissional. A familiaridade entre clientes e alguns arrumadores é tal que os primeiros chegam a oferecer aos segundos emprego, um outro modo de vida — que geralmente recusam, por não trocarem o trabalho de arrumador por um outro qualquer.

É claro que — reconhecem alguns jovens — existem sempre os *malfeitores* da classe. Ao terem conhecimento dos períodos longos que alguns carros ficam estacionados, alguns arrumadores, em combinação com outros toxicodependentes, assaltam os carros. Mas trata-se, possivelmente, de uma excepção que confirma a regra geral de boa conduta entre os arrumadores. Aliás, todos os que entrevistámos nos disseram que, se não recebem gratificação dos automobilistas, não exercem sobre eles quaisquer represálias. No entanto, também nos revelaram conhecer colegas que não se guiam por tal padrão de comportamento. No fundo, os arrumadores acabam indirectamente por beneficiar dos reccios incutidos pelos *riscos de navalha*. De qualquer modo, registre-se a relativa renúncia à anarquia de pulsões individuais que convidariam o arrumador a agredir o cliente pela sua manifesta falta de cooperação. A repressão dessas pulsões arrastará um efeito compensatório: a generalização da idícia que sustenta que um jovem arrumador, apesar de toxicodependente, «sabe comportar-se» para quem com ele se comporta bem.

INVENTAR DINHEIRO

Nos parques de biscates engendram-se modos de vida que mobilizam energias, engenho, imaginação. As receitas geradas e amalhadas pelos jovens arrumadores constituem um elemento — não reconhecido, mas determinante — de *regulação social*. Sabe-se que o produto dessas receitas é, em grande parte, aplicado na compra de droga. Contudo, os arrumadores apostam em continuar a exercer uma actividade ilegal a que atribuem uma utilidade social. A alternativa? O roubo ou, para as raparigas, o *ataque* (prostituição). Mas, como fazem questão de acentuar, preferem arrumar carros a terem de roubar ou prostituir-se. Quando não conseguem reunir os montantes necessários para a compra de droga, *inventam dinheiro*, como dizem.

Como se *inventa dinheiro*? Com arte, como o confessam e melhor o demonstram. *Inventar dinheiro, fazê-lo ou roubá-lo* não está ao alcance de qualquer um. Com efeito, já em meados do século XVII, na famosa *Arte de Furtar*, do padre Manuel da Costa (atribuída também a António Vieira), se lia, no capítulo 1, sugestivamente intitulado «Como para furtar ha arte que he ciencia verdadeira»:

Naõ perde a arte seu ser por fazer mal, quando faz bem, e a proposito desse mesmo mal, que professa, para tirar delle para outrem algum bem,

ainda que seja ilícito [...] Nem perde seu ser a arte pelo mal que causa, quando obra com cilladas segundo suas regras, que todas se fundam em estratagemas, e enganos [...] E essa he a arte, e he o que dizia hum grande mestre desta profissão: «Con arte y con engaño, vivi la mitad del año; y con engaño, y arte, vivo la otra parte» [Costa, 1652, pp. 59-60].

A ocasião, na certeza de que ela faz o ladrão, é por vezes aproveitada, outras vezes é criada. Em qualquer dos casos, ela é favorecida por circunstâncias ou conjunturas que favorecem as *golpadas*. Detenhamo-nos neste móbil de vida, a *golpada*. A linguagem é o melhor espelho das artes com que a vida se faz. Por isso o léxico dos arrumadores é uma valiosa pista ou indício das suas formas de vida. O que constatámos, a partir da análise de conteúdo das entrevistas, é que a ideia de sobrevivência é-nos dada por uma *homologação conceptual* (Krippendorff, 1980) que resulta do agrupamento de conceitos homólogos pertencentes a uma mesma família semântica: *ganhar a vida, bolir, desenrascar-se, inventar* ou *pressionar dinheiro, dar golpadas...* *Golpadas* que surgem nos interstícios de códigos sociais que os jovens arrumadores desmancham e recargam semanticamente, numa subversão necessária à sobrevivência, que se joga num espaço determinado por alinhamentos disciplinares e desvios ilegais.

Os dotes de *invenção* começam a revelar-se quando, ainda antes de terem decidido arrumar carros, e vivendo em família, se descobrem pretextos para arranjar «dinheiro fácil». Um arrumador que, antes de se envolver no consumo de drogas, frequentava a universidade elucidou-nos:

É fácil inventar dinheiro. Tá-se na faculdade. O livro não custa 10 contos, custa 15. Ó minha senhora [aludindo à livreira] passe aí mais x que é para eu pedir à minha mãe. Pronto, inventam-se 5 contos! [...] Inventam-se dinheiro com a senha do passe. O passe custa 8 contos — «‘Ei! entrei no metro, roubaram-me o passe!’» — Depois inventa-se dinheiro para outra senha do passe.

Tomada a decisão de arrumar carros para fazer dinheiro — ela própria uma forma de inventar dinheiro —, começa então a desenvolver-se toda uma série de *artimanhas* que definem o «arrumador inteligente»: «É preciso ter arte. Se a pessoa não tem lábia p’ra eles [os clientes] não fogem só se não puderem!» Voltando ao célebre livro do padre Manuel da Costa:

A arte de furtar he ciencia verdadeira, porque tem principios certos, e demonstrações verdadeiras, para conseguir seus effeitos, posto que por rudeza dos discipulos, ou por outros impedimentos extrinsecos não chegue ao que pertence. Mas se o ladraõ tem dom natural, e he perito na arte, arma seus syllogismos como rede varredoura, a que nada escapa [Costa, 1652, p. 61].

A estes silogismos, os arrumadores chamam, na expressividade da sua linguagem quotidiana, *formas de pressionar o dinheiro*. Desde logo, arrumando os carros da melhor maneira, através de uma gestão adequada do espaço de estacionamento que garanta a sua máxima rendibilidade. Não vão estacionar um *Twingo* onde cabe um *Patrol*, se é que dispõem de um espaço mais exíguo onde podem acomodá-lo, isto apesar da insistência dos condutores de *Twingo* e congéneres em reivindicarem lugares de *Patrol* e afins por simples comodismo de manobra. Como acontece com o dinheiro, o próprio espaço pode ser *inventado* ou *pressionado*:

Sentido proibido. Cargas e descargas: das 9 às 19. À hora de almoço consigo lá meter os carros todos — «Chefe, cargas e descargas das 9 às 19, só que das 13 às 15 não há cargas nem descargas... Só há reboque a partir das três e meia, porque a polícia vai almoçar!» — Chapa 2!

Uma outra forma, mais rara, de *pressionar o dinheiro* é esvaziar o pneu de um automóvel estacionado que se sabe pertencer a uma senhora «bcm». Quando esta se prepara para arrancar — «Avance, avance... Ei! Espere aí! Parece que tem o pneu furado!» —, com ar de surpresa e resignação, o arrumador, solícito e solidário, predispõe-se então a mudar o pneu, na expectativa de uma ou duas *milenas*. Numa encenação extrema, pode simular a impossibilidade de encaixe do pneu de reserva e, para «derrenascar» a situação, oferece-se para arranjar o pneu «furado» numa oficina da esquina. O improvisado arranjo pode significar mais uma ou duas *milenas*.

Os jovens arrumadores aprenderam a desenvolver uma arte de convencer os outros sem ter razão através de uma *dialéctica erística*. Foi Corteau (1980) quem, com mais arte, nos ajudou a compreender o tráfico dos *modelos de erística*¹¹ do campo da retórica para o das *táticas quotidianas*. Num e noutro caso estão em jogo rodeios, manipulações, persuasões.

Em centros de exposições ou espectáculos onde a entrada é facultada contra a apresentação de bilhetes comprados ou convites ofertados (como acontece na Feira Internacional de Lisboa) é normal que os jovens arrumadores peçam ao dono do carro que ajudaram a arrumar um «convite a mais» que possam disponibilizar. Se bem sucedidos, aproximam-se então das bilheteiras mais concorridas e vendem-no a um qualquer interessado, com o argumento da poupança de tempo na «bicha dos bilhetes».

¹¹ A *erística*, como sustentou Schopenhauer, é uma arte de discussão contenciosa, com marcadas influências sofísticas, que aposta nos duelos argumentativos [cf. Arthur Schopenhauer, *El Arte de Tener Razón, Expuesto en 38 Estratagemas*, Madrid, Edaf, 1996 (organização de Dionísio Garzón)]. A obra foi publicada depois da morte de Schopenhauer por um amigo e discípulo, Julius Frauentädt, com o título *Eristik*, no volume *Aus Schopenhauers Handschriften Nachlass* (do legado manuscrito de Schopenhauer), em Leipzig, 1864.

Por vezes, há necessidade de *pressionar o dinheiro* fora do parque. Por exemplo, numa bomba de gasolina. Vai-se minimamente *arreado* e, com um bidão na mão, simula-se uma tragédia (*cena I*): o carro ficou sem gasolina, perdeu-se ou deixou-se a carteira em casa e tem de se ir a casa da mãe, que está gravemente doente, eventualmente com necessidade de ser internada de urgência no hospital. Qualquer automobilista «compreensível» ou «bem-intencionado» descurasca a situação, oferecendo duas ou três *milenas* de gasolina. Se o automobilista dá o dinheiro e arranca, repete-se a cena com outro *pacóvio*. Se faz questão de encher o bidão, é uma «chatice pela trabalhadeira que implica». Neste caso (*cena II*) espera-se que um outro automobilista não se importe de ficar com a gasolina em excesso, porque — é a justificação que se adianta — o depósito atestou sem se ter atingido o quantitativo do pré-pagamento. Palhinha na boca, e transfere-se a gasolina do bidão para o depósito do carro cooperante.

Nos fins de semana atacam-se parques de hipermercados e estádios de futebol. No caso dos hipermercados, o dinheiro é duplamente pressionado: pede-se dinheiro para arrumar os automóveis e também para parcar os carrinhos das compras, logo que esvaziados, ficando-se com a «moedinha» que salta da ranhura do carrinho quando este é atracado na fileira dos que se encontram estacionados (um *pintor* por cada carrinho aparado).

Nos estádios de futebol, «especialmente quando há enchentes, faz-se muito dinheiro». Por vezes, há clientes que protestam, porque acham que os carros estacionados paralelamente não poderão facilmente sair. Mas rapidamente são convencidos: «Então o jogo não acaba para todos à mesma hora?» Uma outra estratégia consiste em desviar para a periferia do estádio os carros dos adeptos do clube forasteiro, facilmente identificáveis pelas bandeiras e cachecóis. Alguns ficam a 2 quilómetros do estádio, embora se lhes diga que «é mesmo ali». A gente do Norte é bem vista pelos arrumadores de Lisboa porque, antes do jogo, compartilha afavelmente sandes de leitão, presunto e salpicão e, depois do jogo, se o clube favorito ganhou, reforça a gratificação.

A modalidade mais ociosa de inventar dinheiro é descobrir um automóvel de boa marca com o vidro da janela deixado aberto por esquecimento em qualquer parque ou rua da cidade:

Apanhar um carro com vidro aberto! É uma mama! É encostar ao carro e esquecer tudo!

— «Chefe, eu estou aqui há duas horas (mesmo que sejam apenas dez minutos) à sua espera. Sabe porquê? Porque você deixou o carro com o vidro aberto!»

— «É pá! Não me diga isso! Tá o telemóvel? Tome aí um conto de réis!»
Mas é bons carros! É preciso escolher o carro!

Situações do género ajudam a *elevant* o *taxímetro*, não admirando que na maior parte dos casos sejam provocadas, isto é, artificialmente criadas:

Aparece um carro com capota de lona. — «Chefe, não ponha aí o carro que lhe anavalham a lona!», ou: «Chefe, não estacione aí debaixo da ponte, olhe o comboio!»

Nestes processos arditosos de *invenção de dinheiro* conta-se também com cooperação de terceiros, reciprocidade de dávidas, espírito de interajuda. Parques nas proximidades de restaurantes são apetecíveis porque dão de comer. A estratégia é ter sempre lugares disponíveis para os donos dos restaurantes, empregados e clientes especiais. Cativeiração (de lugares) com cativeiração (de comida) se paga. Por outro lado, num trabalho engenhoso de angariação de clientela que é conhecido e reconhecido pelos proprietários dos restaurantes cooperantes, os arrumadores aconselham os clientes, ou seja, informam-nos sobre os lugares onde indiscutivelmente «se come melhor» — que, inequivocamente, são aqueles que aos arrumadores melhor dão de comer. É frequente acompanhar os potenciais clientes à porta do restaurante (forma de persuasão discreta) e, com uma sinalética gestual (também discreta, com batimento repetido do dedo indicador no peito e olhos arregalados), informam os proprietários dos mesmos de que «aqueles vão à conta».

A *invenção de dinheiro*, como vemos, obedece a estratégias, ardis, subterfúgios, astúcia. Mas surgem também contratemplos, desilusões, dissabores. Os *parquímetros* constituíram a mais recente e violenta ameaça à sobrevivência dos arrumadores, que se lamentam de o Estado se ter apropriado, injustamente, do seu «ganha-pão». Com desilusão incontida, argumentam, numa vã esperança de captarem a solidariedade dos automobilistas, que estes gastam muito mais dinheiro nos *parquímetros* do que com os arrumadores. E nem por isso os seus carros ficam mais seguros. Enfim, alguns arrumadores questionam-se, amargurados: «Roubando-nos o nosso ganha-pão, será que o Estado pretende que voltemos ao roubo?»

Inicialmente surgiu uma reacção espontânea de revolta contra os *parquímetros*. Alguns foram destruídos ou avariados. Carros estacionados nas suas imediações foram anavalhados. Mas a polícia começou a controlar os *parquímetros* e os arrumadores acharam por bem aliar-se aos primeiros, na presunção de que quem não consegue vencer o inimigo melhor é aliar-se a ele. Os *parquímetros* passaram a representar, gradualmente — aos olhos dos arrumadores —, símbolos de uma autoridade instituída e inimiga, mas vulnerável. Se é certo que os *parquímetros* metaforizam a ordem dominante, os arrumadores fazem-nos funcionar num outro registo. A vida ensinou-os a jogar com os acontecimentos (de azar), transformando-os em ocasiões (de ganho).

Com efeito, alguns jovens arrumadores conseguem, de vez em quando, contornar legalmente o poder dos parquímetros. De que modo? Controlando os tempos de estacionamento e os *feijões verdes* (assim designam os fiscais da EMEL¹²), e, quando descobrem que algum carro continua estacionado para além do tempo permitido, aprestam-se a colocar uma «moedinha» no parquímetro para que o carro estacionado não infrinja a lei. Depois esperam tranquilamente pelo regresso do dono do carro, contando-lhe a história da providencial *moedinha* e da polícia que estava já à espreita para multar o carro. O estratagema, bem encenado, pode valer um *José António* (5 contos). Para além do ganho pecuniário, os jovens arrumadores *zelam pela lei, zombando dela*, ao impedirem que os carros incorram em infracção, ao mesmo tempo que inviabilizam os fiscais de acumularem receitas provenientes das multas. Mas é cada vez mais difícil sobreviver com os parquímetros, pois os *feijões verdes* inundam a cidade.

Por isso, nem sempre é fácil *inventar dinheiro*. Por vezes o ânimo falta. Outras espera-se que a sorte bata à porta. Ou as superstições. Indício de dia afortunado se ao primeiro carro arrumado recebem um ou dois *pintores*. Dia negro se, de entrada, aparece — como dizem — um «monhé» ou «negro». Um dia afortunado «pode dar até 20 contos», se aparecem clientes *VIPs* ou *surpresa*. Num dia negro só aparecem *estúpidos, pinga-niqueis e forretas*. Em cada dia consome-se 8 a 10 contos de droga, em média, por arrumador. Se falta dinheiro para o consumo, é o desespero:

Chegamos a uma hora do dia em que estamos todos mal. Quando a ressaca começa a bater, tá o caldo entornado. Ó há dinheiro no bolso, ou tem que se inventar dinheiro. Porque o corpo não aguenta, as pernas começam a ficar cada vez mais fracas.

Os *parques dos biscates* mostram bem o vértice dramático de uma estrutura social tripartida em que, de um lado, temos um segmento da população activa altamente qualificado e remunerado, com empregos estáveis e prestigiantes, do outro, temos trabalhadores sem emprego fixo, em situação de relativa precariedade, e, finalmente, os desempregados estruturais, com trabalhos eventuais muito precários — de que os *arrumadores* são um bom exemplo.

¹² O Decreto-Lei n.º 327/98, de 2 de Novembro de 1998, confere poderes de polícia aos funcionários municipais da Câmara Municipal de Lisboa responsáveis pela fiscalização das zonas de estacionamento. Estes funcionários — que têm substituído os arrumadores — fazem parte da Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL). Lisboa seguiu, assim, o Porto, cuja Câmara Municipal, através da sua «Divisão de Trânsito», instituiu os primeiros fiscais na regulamentação das zonas de estacionamento com parquímetros.

No caso dos jovens arruinadores, a proliferação de parquímetros e o controle policial estão a fazer-lhes a vida difícil. Muitos vêm-se na contingência de inventarem dinheiro de outras formas, «pequenos delitos», como carteiras *afanadas* no metro, *malas esticadas*, uma ou outra *visita* a casa alheia. Quando a vida parece estar num beco sem saída, há que criar novas cenas de vida, novas personagens, novas formas de *pressionar dinheiro* — *por fás et por nefas* (por meios lícitos ou ilícitos) e *pro ara et focis* (ou seja, no interesse próprio). Ao viverem num contexto de forte exclusão social e ao serem repelidos cada vez mais para as margens da sociedade, as suas condutas tornam-se, compreensivelmente, marginais. As suas vidas perdem sentido. São drogas de vida. De uma vida subordinada às drogas numa ilusão de busca de sentido.

MATAR O «VÍCIO»

Prisioneiros da *heroína*, os jovens arruinadores mostram-se verdadeiros *heróis* (Grell e Wetty, 1993) no modo como, quotidianamente, vivem o seu cativeiro. É o «vício» que os leva a arrumar carros:

É a falta de dinheiro, o vício aperta, a gente não tem vontade de fazer mais nada. Pronto, não temos capacidade de trabalhar, não temos possibilidade de cumprir compromissos, então é mais fácil arrumar: entramos à hora que queremos, saímos à hora que queremos.

Arrumar carros é uma actividade que proporciona uma flexibilidade laboral que os toxicodependentes valorizam. Presos à precariedade e ao vício, o estacionamento de carros dá-lhes uma ilusão de liberdade: ausência de patrões, de horários rígidos, de paredes que confinam, normalmente, o espaço de exercício de uma actividade profissional. O parque é um espaço de liberdade, é um território de abertura. Reunido o montante de dinheiro necessário para comprar uma *quarta* (de droga), interrompem o trabalho para *matar o vício*, expressão que arrasta o paradoxo do que renasce à medida que se mata (o vício), alimentando a vida à medida que se destrói. Satisfeito o vício, de novo voltam ao parque para enfrentarem ressacas anunciadas. A vida ganha-se e consome-se no dia a dia do parque. O tempo parece coagular-se no espaço do parque. Ou melhor, o parque devora o tempo, consumindo-o: tempo para juntar dinheiro suficiente para a «dose»; tempo de descoberta de um novo cliente; tempo previsível de que um carro estará estacionado; tempo de vaivém constante — estacionar/desestacionar, consumir/ressacar. Esta acentuação de um tempo em fuga, subordinado à satisfação do «vício», implica que o presente não seja mais do que uma contracção do futuro e do passado no tempo do quotidiano (Maffesoli, p. 1988).

O arruinador toxicodependente vive segundo o pulsar de uma insaciabilidade: o desajo de droga. Quando em fase de privação, nota-se ainda mais como

o metabolismo da vida é regido pela droga. A droga é a razão de vida. Razão de vida que a devora. O quotidiano é medido pelos tempos de consumo. Os dias passam, enfileirados como as contas de um rosário, num fluxo contínuo cujo sentido é o encadeamento entre desejo e necessidade.

Mas não se pense que o quotidiano destes jovens toxicodependentes é desestruturado. Por exemplo, o Beto e o Paulo (dois dos arrumadores que entrevistámos) têm quotidianos *estruturados* e reciprocamente *articulados*. O Beto, de origens sociais humildes, cedo perdeu os pais e muito novo começou a trabalhar nas obras. Quando não se tem o que se ama (uma família, o bem-estar...), é preciso amar o que se tem: a droga, que, sucessivamente, fornece, ilusoriamente, pequenas e efémeras doses de bem-estar. Paulo era estudante do 3.º ano de Direito quando, segundo me afirmou, se deixou levar por «más companhias» que o lançaram no mundo da droga. Os pais viviam em desafio económico (o pai é juiz de direito), mas vivem agora num sufoco desesperante. De acordo com o que Paulo me disse, já gastaram carradas de dinheiro em tentativas de curas de desintoxicação que não resultaram. Nunca imaginariam que o filho, aluno aplicado, abandonaria os estudos, a família, os sonhos profissionais, a comodidade do lar familiar, para viver agora com outros dois jovens — a namorada e o Beto — nas ruínas de um velho prédio em vias de demolição.

O *eixo de estruturação* dos quotidianos de Beto e Paulo é comandado pelo consumo de heroína e pela correspondente necessidade de angariarem fundos para a sua compra. O *eixo de articulação* desses quotidianos deriva do facto de compartilharem o mesmo parque de automóveis. Este não pode ser abandonado, sob pena de poder ser ocupado por outros arrumadores. De forma que quando um vai adquirir droga ou consumir o outro fica no parque. É uma espécie de trabalho por turnos: «Saio eu, entra ele; ele sai e volto a entrar eu.» Fazemos a comparação do quotidiano habitual do Beto e do Paulo (quadro n.º 1). Como se vê, apenas das 16 às 17 horas e das 19 às 20 horas se dá uma escapadela de consumo ou repouso. De resto, a vigilância do parque está praticamente assegurada das 7 da manhã às 22 da noite.

Cada novo dia começa com *ressaca*. O desejo de a curar escurece o amanhecer de cada novo dia. Consumida a primeira dose, vai-se ao trabalho: «Se eu não fumar de manhã, não saio da cama.» Condenados pela sociedade («são uns drogados!»), de excutados passam a excutores da sua própria liberdade, ao condenarem-se a uma dependência intoxicada, num consumo que os consome. A dose seguinte, em vez de trazer um prometedor êxtase, mais não faz do que evitar uma maior queda no sofrimento. Os discursos puritanos discutem muito o mal que a droga faz, mas poucos pensam nela como sedativo de um mal de viver. A muitos toxicodependentes o que interessa é assegurar o que lhes resta da vida: os seus refugos.

O quotidiano de dois arrumadores

[QUADRO N.º 1]

Beto	Horas	Paulo
Dormir	1 H	Dormir.
Dormir	2 H	Dormir.
Dormir	3 H	Dormir.
Dormir	4 H	Dormir.
Dormir	5 H	Dormir.
Consumo de droga	6 H	Dormir.
Arrumar	7 H	Dormir.
Arrumar	8 H	Dormir.
Arrumar	9 H	Dormir.
Arrumar	10 H	Dormir.
Arrumar	11 H	Dormir.
Arrumar	12 H	Consumo de droga.
Arrumar	13 H	Arrumar.
Arrumar	14 H	Arrumar.
Casa*, consumo e dormir	15 H	Arrumar.
Casa, consumo e dormir	16 H	Consumo de droga.
Casa, consumo e dormir	17 H	Arrumar.
Casa, consumo e dormir	18 H	Arrumar.
Casa, consumo e dormir	19 H	Consumo de droga.
Casa, consumo e dormir	20 H	Arrumar.
Casa, consumo e dormir	21 H	Arrumar.
Casa, consumo e dormir	22 H	Arrumar.
Dormir	23 H	Casa, consumo e dormir.
Dormir	24 H	Casa, consumo e dormir.

* Na verdade, trata-se de um prédio devoluto, em ruínas, nas imediações do parque onde arrumam carros.

É neste contexto interpretativo que o «sem-sentido» da vida de um toxicodependente ganha um outro sentido: o da ânsia de procura (de nova dose), ânsia que estabiliza, que dá o sentido possível à vida, fixando-a ao vício a que se fica agarrado. Para um *agarrado*, o prazer não é mais do que a libertação de uma dor — dor de necessidade. A *pica* é o oxigénio de uma sobrevivência quotidiana. É com a *pica* que se ganha ânimo para arrumar carros, para arranjar dinheiro para novas *picas*.

Alguns jovens arrumadores vivem com as companheiras, que também ajudam a arrumar carros¹³. Uns vivem nos subúrbios pobres da capital; outros em qualquer prédio degradado, em vias de demolição, como o Beto e o Paulo. Outros ainda dormem na rua. Um carro abandonado é um achado. O *parque* é para os jovens arrumadores um espaço intermédio entre um lar

¹³ No entanto, a maioria dos arrumadores é do sexo masculino. No estudo patrocinado pela Câmara Municipal de Lisboa, dos 693 arrumadores inquiridos, apenas 21 (3%) eram do sexo feminino (LNEC, 1996).

que se perdeu (ou nunca se ganhou) e o abastecimento de droga. Raramente se toma banho. No Verão (especialmente aos fins de semana) há quem arrume na praia e aí aproveita-se a cercania do mar para dar um mergulho, já que é de borla e o calor aperta. De Inverno não sentem necessidade de tomar banho. Em caso extremo, sempre se pode ir ao «balneário do Castelo».

Por vezes, surgem tentativas clínicas de recuperação. Alguns já passaram por comunidades terapêuticas, mas a imagem não é das melhores: «são depósitos humanos», dizem. Também se mostram críticos em relação às clínicas privadas, que acusam de se guiarem por uma lógica de lucro que, aliás, conta com subsídios estatais: «É tudo a comer à nossa conta.» Quanto à recuperação, acham que ela é difícil: «Para cair é um instante, para levantar é que leva muito tempo.»

A solidariedade é apreciável entre alguns jovens arrumadores toxicodependentes. Em torno dos parques joga-se um papel condensador de sociabilidades interditas, já que um *agarrado* apenas vive para a droga. Mesmo assim, os parques são espaços de filiação, de mobilização de suportes relacionais e afectivos que matizam modos de vida precários por entre tentativas de fuga impossível à precariedade. É neste sentido que os parques de biscates espelham um fenómeno de exclusão e de inclusão, de segregação e de integração, de anomia e nomia.

Quase todos os dias se divide droga. E o frequente é que um se abasteça para os demais. Como os traficantes se recusam a vender droga a troco de carradas de *niqueis* (moedas), os arrumadores trocam em cervejarias e cafés das proximidades dos parques os *niqueis* por *papel* (notas) — mais leve, portátil e aceitável instrumento de troca. De um modo geral, têm consciência do muito dinheiro que ganham e desperdiçam. Disse um: «Com oito anos de vício, o dinheiro ganho já dava pra comprar casa, carro, moto, triciclo...»

Os jovens arrumadores revelam também consciência de que são explorados pelos traficantes. Refere ainda que muito dificilmente um traficante adianta droga sem dinheiro fresco. E acusam-nos de comprarem ao desbarato bons artigos que um toxicodependente arranja sabe-se lá com que dificuldades:

Os traficantes do Casal¹⁴? Barracas? Tá bem abelha. É barraca por fora! Lá por dentro... parabólicas, câmaras de vídeo... 300 contos, um gajo chega lá, porque teve uma *fê*, inventou uma máquina de filmar que algum turista deixou esquecida... é pá 20 contos, toma lá dá cá, troca por pó, directamente.

O retraimento de alguns jovens arrumadores foi, contudo, evidente quando solicitados a falarem sobre drogas. Fica-se com a sensação de que estes

¹⁴ Trata-se do Casal Ventoso, o maior hipermercado de tráfico de drogas de Lisboa [v., a propósito, o estudo de Miguel Chaves (1999)].

jovens sabem tão bem arrumar as suas falas quanto os carros. Os seus discursos, por vezes, parece esconderem aquilo que sabem, em vez de esconderem o que ignoram.

Contudo, outros jovens toxicodependentes emitiram reflexões profundas sobre a problemática da droga. Um deles, convictamente, adiantou a receita para a resolução do problema da droga: a *legalização do tráfico de Estado*. E, explicando-se melhor, sugeriu que alguns funcionários do Estado (a começar por alguns agentes policiais) são dos mais interessosiros traficantes. Por isso o «tráfico de Estado» deveria ser legalizado para que os preços baixassem e diminuísse a especulação e o lucro fácil:

A droga só tem uma solução. O Estado que dê de borla. Acaba com tudo! Com marginalidade, tudo! Enquanto for negócio de milhões... É a droga e a recuperação! Porque há muita gente a viver da recuperação.

O único gajo que tem coragem, neste país, para falar de droga é o Almeida Santos [presidente da Assembleia da República Portuguesa]. Sabe porquê? Porque caiu-lhe na pele. A filha mandou-se lá do 7.º andar e mandou-se por causa da droga. É o único que ainda tem coragem. O resto é uma mama. O Estado chega ali, apanha cinco quilos, funde dois, os outros três queima. Dois voltam à circulação. Dois quilos de cocaína fazem milhares de contos. Eles é que a queimam.

CONCLUSÃO

Quem são os transgressores? É a transgressão uma qualidade do acto de arrumar carros? Ou uma consequência do facto de o acto ser etiquetado como transgressor? Como se faz um arrumador? E como surge o estigma de «marginal» associado ao de arrumador? Segundo Goffman (1981, p. 45), «a história natural de uma categoria de pessoas estigmatizadas deve distinguir-se claramente da história natural do estigma mesmo». Como quer que seja, os jovens arrumadores tendem, como vimos, a passar por experiências semelhantes que acabam por definir uma «carreira moral» similar (Goffman, 1981, pp. 45-47) que é, simultaneamente, causa e efeito do compromisso que assumem relativamente a uma sequência semelhante de ajustes pessoais e identitários.

Uma fase deste processo de socialização é aquela em que o arrumador aprende a incorporar o ponto de vista dos automobilistas (zelo com os carros que lhe ficam à guarda, desde logo), adquirindo, deste modo, a sua confiança. Outra fase é aquela na qual o arrumador aprende que possui um atributo particular e as consequências de o possuir. Assim, ao interiorizar o atributo de «marginal» está disposto a assumir as consequências deste atributo, vandalizando os carros dos automobilistas que não lhe dão crédito de confiança,

isto é, dinheiro. A sincronização destas diferentes fases — por vezes, conflituosas — cria a referida «carreira moral» de um arrumador, baseada em pautas importantes de conduta e de identidade.

A etnografia dos parques de automóveis mostra-nos que os jovens arrumadores, apesar de na maioria serem toxicod dependentes e ex-reclusos, revelam um grande sentido de responsabilidade no exercício da ocupação que elegeram para sobreviver. Pode dizer-se que há entre eles uma «ética de vida» se, como os antigos filósofos gregos, entendermos por ética uma coisa de *ethos*, um refúgio ou morada que abriga um modo de vida, lugar em que se ganha e perde no jogo que a vida representa, como na «tragédia humana» de Rousseau.

Vimos também que o *parque* é um produtor de sinergias entre distintos simbolismos que transformam um lugar físico num espaço social: os *chapéus de chapa*, os riscos de naífa, as marcas de automóvel, os tipos de clientela, os quantitativos de gratificação, a gestão do espaço, a invenção de dinheiro, etc. Estes distintos simbolismos são cartas de um jogo interaccionista que cruza processos de produção e valoração de normas. A vigência destas normas proporciona aos arrumadores, desde logo, a satisfação de um ideal: um *sentido de profissionalismo*. Trata-se de um ideal tanto mais valorizado quanto é certo que os jovens arrumadores têm plena consciência de que vivem à margem de um enquadramento profissional legítimo, ameaçados por parquímetros, polícias, *feijões verdes*, *chapéus de chapa* e clientes desconfiados. Ora a satisfação de qualquer «ideal cultural» propicia um prazer subjectivo, narcisista; daí o «prazer» que pode provocar a obediência a uma norma, inclusivamente à margem do seu conteúdo.

Mas, por estranho que possa parecer, este *sentido de profissionalismo* não é suficiente para que os jovens arrumadores toxicod dependentes que inventaram uma forma honesta de ganharem a vida deixem de ser olhados como «drogados», «marginais», «delinquentes». Aliás, esta imagem estigmatizante é uma construção social que os jovens «rotulados» acabam por interiorizar como realidade, tornando-se, por isso mesmo, mais difícil fugir dela. Não ousariam sequer usar *chapéus de chapa*.

A este processo podemos dar a designação de *produção simbólica da marginalidade*. Neste processo, os jovens rotulados de «marginais» acabam por reconhecer-se enquanto tal, não porque o sejam, necessariamente, mas porque os outros assim os vêem — a «minha vida é uma merda!»: quando os outros não contam mais, a «imagem de si» esvai-se com os outros.

A *ética do arrumador honrado* cruza-se então com *práticas delinquentes* através de um *desdohramento de identidades* (Goffman, 1981). De um lado, o *actuante* ou *actor* que coloca em cena uma actuação; do outro lado, o *personagem* ou o *representado*, produto da actuação. Considerando o *personagem* que se representa, Goffman mostra-nos, através da metáfora drama-

túrgica, que o personagem representado é produto da cena representada, e não causa dela. Assim, quando um jovem se mete numa *cena de expedientes* — é curioso verificar que a expressão *cena* é usada na própria gíria dos jovens —, vê-se na contingência de assumir o papel do personagem que encarna: por exemplo, o de ladrão de auto-rádios. Neste papel, o jovem arrumador interioriza o «cu-representado» que se constitui, por conseguinte, em torno de valorizações sociais sobre a representação em si mesma.

Apesar de tudo, surgem sentimentos ambíguos entre o público. Por um lado, os utentes dos parques pensam entender a situação dos jovens arrumadores. Por isso os olham como uns «pobres drogados». No entanto, por outro lado, não há dúvida de que os «respeitáveis cidadãos» da sociedade estabelecida preocupam-se bastante mais com os riscos nos seus carros do que com as vidas de risco destes jovens. Ou seja, o público faz alimentar de desejo uma razão também ela ambígua: *razão-compaixão* pelos «pobres drogados» (desejo de que eles possam sair do vício) e *desrazão* por se sentirem injustamente obrigados a gratificarem um serviço duvidoso (desejo de arrumar o carro sem ter de pagar ao arrumador). Entre o *entendimento que conhece* e a *razão que deseja* surge a faculdade de julgar, equilíbrio subjectivo que mistura compreensão e razão. Este julgamento, entendido e subentendido, é também produtor da *marginalidade simbólica* dos jovens arrumadores.

Para Goffman há uma característica central que define a situação de um indivíduo estigmatizado e que denomina de *aceitação* (1993, pp. 15-19): as pessoas que se relacionam com o estigmatizado não logram atribuir-lhe o respeito e a consideração que os aspectos não «contaminados» da sua identidade social poderiam requerer. Também é possível que o jovem arrumador utilize o seu estigma para obter «benefícios secundários» (Goffman, 1981, p. 21), como acontece quando algum automobilista, mais condolente, lhe diz: «Toma lá 500 paus! Vai curar o vício!» Finalmente, os arrumadores que são aceites pelo público acabam por desenvolver um «modelo de normalização» (Goffman, 1981, p. 44), mostrando que os utentes dos parques podem confiar neles.

A produção simbólica da marginalidade baseia-se também numa *identidade espelhada*. Esta identidade pode definir-se como reflexo da imagem que os elementos de um grupo pensam que outros têm deles¹⁵. Os arrumadores são tratados como «desviados». E são estas representações que colocam em movimento mecanismos diversos que conspiram para conformar a pessoa do jovem arrumador à imagem que se tem dele: um drogado, um marginal. Uma vez identificado como marginal, o arrumador vê-se, ele próprio, à margem da possibilidade de participação na sociedade convencional, a da propagada cidadania.

¹⁵ Ou como disse Sartre (1971, p. 246): «Não somos nada mais do que o que somos aos olhos dos outros.»

O *self*, tal como Mead o definiu¹⁶, é, no caso dos arrumadores, formado pelas definições feitas pelo senso comum que servem de «referencial» para que os arrumadores se vejam a si mesmos de acordo com esse referencial. A identidade marginal dos jovens arrumadores, como a de muitos outros jovens que vivem de *expedientes de vida*, é, em grande medida, uma *identidade reflexo*. É difícil repudiar essa identidade sem destruir os fundamentos que a originam: a interiorização das representações que tecem essa mesma identidade. Identidade que existe de forma assumida e que preexiste em forma de representação.

O ensaio etnográfico realizado mostra-nos que as representações que existem sobre os jovens arrumadores contrastam, por vezes, com a realidade vivida por esses mesmos jovens. Ainda que essas representações se construam a partir de aspectos reais das suas vidas — não por acaso os mais estigmatizantes —, é necessário compreender e valorizar o esforço que esses jovens fazem para cumprirem adequadamente um serviço que consideram de «bem público». Por isso esperam, pelo bom desempenho desse serviço, uma contrapartida financeira.

Ao serem abandonados à sua sorte e ao verem-se privados da possibilidade de arrumar carros — pela invasão dos parquímetros e pelo aumento do controle policial —, estes jovens arriscam-se a cair na delinquência, agravando a sua condição de marginalidade. Vem aqui a propósito a «metáfora da Lua e do gueto». Por que razão é que a racionalidade que caracteriza o progresso tecnológico moderno logra chegar à Lua, mas não logra resolver o problema do *gueto*? Talvez porque a racionalidade que serve para afrontar os problemas do *gueto* seja de natureza distinta da que caracteriza os princípios do progresso tecnológico. O progresso tecnológico permitiu a invenção de parquímetros e estes permitem ganhos fáceis que até então constituíam um meio de sobrevivência dos jovens arrumadores. Mas o progresso tecnológico não tem permitido dar resposta ao problema de como lograr que estes jovens, ao deixarem de arrumar carros, possam sobreviver fora do mundo da delinquência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTEAUX, Daniel (1993), «La perspectiva biográfica: validez metodológica y potencialidades», in J. M. Marinas e C. Santamarina (eds.), *La Historia Oral: Métodos y Experiencias*, Madrid, Debate.
- CABRAL, João de Pina (2000), «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições», in *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 153, pp. 865-892.
- CERTEAU, Michel de (1980), *L'Invention du quotidien. Arts de faire*, Paris, Union Générale d'Éditions.
- CHAVES, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, colecção «Estudos e Investigações».

¹⁶ O conceito de *self*, desenvolvido por Mead, aproxima-se do conceito de *looking-glass self* proposto por Cooley (1972).

- CLASTRES, P. (1980), *Recherches d'anthropologie politique*, Paris, Éditions du Seuil.
- COLEMAN, J. S., e T. Hoffer (1987), *Public and Private High Schools: The Impact of Communities*, Nova Iorque, Basic Books.
- COOLEY, C. H. (1972), «Looking-class self», in J. G. Maris e B. N. Meltzer (orgs.), *Symbolic Interaction: A Reader in Social Psychology*, Boston, Allyn and Bacon, Inc.
- COSTA, Padre Manuel da (1652), *Arte de Furtar* (a edição consultada que também é atribuída ao padre António Vieira é da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1991, com introdução e notas de Roger Bismut).
- FAGAN, J., J. G. Weis e Y. Cheng (1990), «Drug use and delinquency among inner city students», in *Journal of Drug Issues*, 20 (3), pp. 390-400.
- FREIRE, Paulo (1997), *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*, Rio de Janeiro, Editora Paz da Terra.
- GOFFMAN, Erving (1981), *La Presentación de la Persona en la Vida Cotidiana*, Buenos Aires, Amorrortu Editores (1.ª ed. em inglês, 1959).
- GOFFMAN, Erving (1993), *Estigma. La Identidad Deteriorada*, Buenos Aires, Amorrortu Editores (1.ª ed. em inglês, 1963).
- GRELL, Paul, e Anne Wetty (1993), *Héros obscurs de la précarité. De sans-travail se racontent, des sociologues analysent*, Paris, L'Harmattan, «Logiques Sociales».
- HECHTER, M. (1989), «Rational choice foundation for social order», in J. H. Turner (ed.), *Theory Building in Sociology*, Newbury Park, CA, Sage.
- KRIPPENDORFF, K. (1980), *Metodologia de Análisis de Contenido*, Barcelona, Paidós.
- LACOUSE, J. (1987), «Réciprocité positive et réciprocité négative: de Marcel Mauss a René Girard», in *Cahiers internationaux de sociologie*, Julho-Dezembro, vol. LXXXIII.
- INEC (1996), *Estudo sobre os Arrumadores não Credenciados da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (relatório policopiado).
- MAFFESOLI, Michel (1988), *Le temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse*, Paris, Éd. Méridiens Klincksieck.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1976), *Phénoménologie de la perception*, Paris, Gallimard.
- NATANSON, Maurice (1986), *Anatomy: a Study in the Philosophy of Alfred Schutz*, Bloomington, Indiana University Press.
- PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RÉMY, J., e L. Voyé (1981), *Ville, ordre et violence*, Paris, PUF.
- SARTRE, J. P. (1971), *L'Être et le néant*, Paris, Gallimard.
- SCHUTZ, Alfred (1989), *The Structures of the Life-World II*, Bloomington, Indiana University Press.
- SCHOPENHAUER, Arthur (1996), *El Arte de Tener Razón, Expuesto en 38 Estratagemas*, Madrid, Edaf (1.ª ed., 1864).
- VIGIL, J. D. (1988), *Barrio Gangs: Street Life and Identity in Southern California*, Austin, University of Texas Press.
- WEBER, Max (1993), *Metodologia das Ciências Sociais*, parte 1, São Paulo, Cortez Editora (1.ª ed., 1903-1906).